

As revoluções interrompidas na América Latina: a abordagem de Adolfo Gilly e Florestan Fernandes

Ricardo Scopel Velho

Instituto Federal Catarinense, Rio do Sul, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9868-0099>
ricardo.velho@ifc.edu.br

Resumo

O artigo tem por objetivo dialogar com a produção de Adolfo Gilly e Florestan Fernandes sobre a pertinência do conceito de revolução interrompida e o conceito de revolução permanente nas realidades capitalistas da América Latina. Apresenta-se uma descrição sucinta dos processos de revolução burguesa no México e no Brasil, ilustrando os conceitos de revolução interrompida de Gilly e de contrarrevolução permanente em Fernandes. Também se discute algumas fórmulas estratégicas derivadas de entendimentos diversos sobre a transição capitalista na região. Por fim, elenca-se algumas questões sobre a atualidade das categorias de revolução permanente, revolução interrompida e de autocracia para se analisar as realidades latino-americanas do século XXI.

Palavras-chave: Capitalismo dependente; revolução permanente; revolução interrompida.

Detalhes do artigo | Avaliação por pares aberta

Editado por:
Michel Goulart da Silva

Avaliado por:
Daniel Campos Ruiz
Yván Pozuelo Andrés

Citação:
Velho, R. S. (2026). As revoluções interrompidas na América Latina: a abordagem de Adolfo Gilly e Florestan Fernandes. *Scientia International Journal for Human Sciences*, 1(1). <https://doi.org/10.56365/9gs0y759>

Histórico do artigo

Recebido: 10/03/2026

Revisado: 10/04/2026

Aceito: 10/04/2026

Disponível: 20/04/2026



Introdução

As transformações no capitalismo mundial sempre atormentaram as cientistas sociais, em especial aquelas e aqueles que, para além de preocupações acadêmicas, também produziram uma obra crítica e militante. Neste artigo pretende-se dialogar sobre a incorporação do conceito de revolução permanente de Leon Trotsky na produção teórica de dois desses autores comprometidos: Adolfo Gilly e Florestan Fernandes.

Gilly participou ativamente de atividades revolucionárias na Argentina, na Bolívia, em Cuba e, por fim, no México; Fernandes engajou-se numa organização trotskista ainda na juventude e construiu-se como um educador militante da revolução brasileira. Ambos analisam as transformações ocorridas no século XX sob uma ótica crítica, ou seja, sob um olhar que se interessa pela finalidade do evento analisado. Como militantes intelectuais, colocaram-se problemas teóricos que pudessem contribuir com a elucidação das contradições vividas pelas sociedades latino-americanas — em especial, a caracterização das revoluções burguesa e proletária e a passagem mais ou menos rápida entre uma e outra. As formas de entendimento sobre essa transição foram tema da mais profunda polêmica no âmbito do marxismo no século XX e desdobraram-se em disputas por estratégias políticas distintas.

Dentre as polêmicas e problemáticas criadas pelos pensadores abordados, dar-se-á prioridade à questão da concepção de revolução e seus desdobramentos numa sociedade de classes latino-americana.

Origem do conceito de Revolução Permanente

Para abordar tal questão, é necessário recuperar a tradição da teoria da revolução fundada no marxismo. Tal concepção vê nos conflitos entre os interesses materiais o motor da história. Para tanto, é imprescindível pesquisar quais contradições são fundamentais e quais são secundárias nos diferentes momentos da trajetória humana. Nos momentos de mudança de modos de produção, alguns setores sociais alçam-se à condição de protagonistas da luta política por implementar seus interesses materiais; e quando esses se chocam com outros interesses, abre-se um período de disputa.

No texto *Mensagem ao Comitê Central da Liga dos Comunistas*, de 1850, de Marx e Engels (2010), os desdobramentos da passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista são analisados. Por isso, essa obra é essencial para nossa discussão. Nela, os militantes da Liga dos Comunistas — partido revolucionário da época — discutem as ações do proletariado em meio a uma revolução de caráter burguês. A interpretação histórica dos autores indica que a contradição entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção colocava a “chave” de resolução política nas mãos da burguesia, pois ela já dispunha de poder econômico criado pelo processo de mercantilização da vida social

— não por alguma determinação preestabelecida, mas pelo conjunto das variáveis envolvidas naquela luta, naquela formação social. Nessa obra, Marx e Engels indicaram cenários em que a luta política se desenvolveria, traçando uma estratégia político-revolucionária para o proletariado. Não fizeram isso com base em sua vontade, mas sim na interpretação objetiva da realidade. Ambos eram militantes comunistas e sabiam que não estavam em meio a uma revolução de caráter socialista, mas sim a uma revolução burguesa.

Dessa situação histórica concreta, os dirigentes comunistas e teóricos sociais apontaram os elementos basilares de um esboço de teoria da revolução. São esses os elementos, segundo Marx e Engels (2010):

1. É preciso analisar objetivamente qual o caráter da revolução;
2. O proletariado precisa de uma organização autônoma e independente;
3. De um programa próprio;
4. De atividades legais e secretas;
5. Precisa construir um duplo poder armado; e
6. Estabelecer a revolução em permanência com um caráter internacional.

Esse último elemento — a revolução em permanência — é imprescindível para entender a lógica da revolução como elemento constante na produção social da humanidade. Foi sobre ele que polemizaram diferentes teóricos e dirigentes revolucionários. A “Mensagem ao Comitê Central...” era um chamado à revolução permanente porque vários dos erros cometidos pelo proletariado na derrota da revolução de 1848 derivaram da falta de autonomia e independência de classe. Nas palavras de Marx e Engels, o proletariado ficou a reboque da burguesia democrática. Esses autores retiram da literatura revolucionária francesa o termo *en permanence*, ou seja, que a classe revolucionária deve manter o ritmo de transformações, de forma ininterrupta, até a vitória final. O que não aconteceu na Grande Revolução Francesa, devido à restauração, e não aconteceu na Alemanha em 1848 devido à traição da burguesia — já esperada — e à falta de independência do proletariado.

Nessa quadratura histórica nasce a perspectiva da revolução permanente como parte de uma estratégia revolucionária dos trabalhadores. Sabe-se que a revolução permanente é um conceito poderoso na obra de outro autor da linhagem marxista. Leon Trotsky a utilizou amplamente para se contrapor às interpretações mecanicistas da II e da III Internacional. Apontam-se aqui três aspectos fundamentais na elaboração de Trotsky (2007):

1. A continuidade da revolução burguesa para uma revolução socialista sem a necessidade de etapas intermediárias;
2. Em caso de tomada do poder pelo proletariado, a transição socialista também deve seguir sem interrupções;
3. A revolução proletária deve ser internacional; caso contrário, retrocederá ou minguará.

Leon Trotsky (2007) recolhe da Comuna de Paris a comparação histórica para analisar a situação russa em meio à Guerra Russo-Japonesa, em 1904–1905.

A teoria da revolução permanente já está presente na carta de Marx e Engels, mas é com a experiência da Revolução Russa de 1905 que ganha objetividade histórica. A burguesia russa, fruto de um desenvolvimento capitalista de fora para dentro — ou seja, efetuado por empresas francesas, belgas, inglesas, alemãs, estadunidenses etc. — materializou-se numa classe débil do ponto de vista econômico e com pouca vitalidade política. A combinação de interesses entre essa burguesia local, a burguesia internacional e a aristocracia agrária encontravam no Estado czarista uma forma política compatível com uma ação comum. Assim, os aspectos típicos dessa formação social carregam os elementos universais do modo de produção capitalista de maneira singular. Por um lado, nas principais cidades, a indústria é o fundamento do mundo que nasce; e no restante do imenso país vigoram as antigas formas tradicionais do atraso do campo russo. A síntese conceitual é captada pela categoria de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo russo. Daí que a contribuição de Trotsky sobre a avaliação da derrota operária na Comuna de Paris e em 1905 na Rússia crie a base de uma formulação estratégica muito mais poderosa do que a até então aceita pelo movimento operário.

A estratégia hegemônica da II Internacional baseava-se na compreensão não dialética da necessidade de expansão das relações capitalistas antes de uma ruptura de caráter socialista. A interpretação de Trotski impunha uma nova percepção da luta de classes, na qual o proletariado deve impor sua essência revolucionária desde o início das batalhas e não se iludir com a luta em comum com a burguesia contra o antigo regime. Tais categorias serão essenciais para que Gilly e Fernandes interpretem a América Latina.

Dito isso, retomamos os fundamentos dos seis elementos apontados por Marx e Engels na *Mensagem*. Ali está presente um esboço de teoria da revolução. Os seis elementos básicos foram abordados pelo movimento proletário e pelos próprios autores em contextos muito distintos, de 1850 até os dias atuais. Marx, por exemplo, após o texto da “Mensagem”, passou o restante de seus anos de vida estudando a economia

política e produzindo uma crítica da economia política, a qual culminou com sua obra *O Capital* (1867). Nela, ele nos deixa os principais conceitos explicativos do modo de produção predominante. É nessa obra que estão os fundamentos de uma teoria da revolução completa com caráter anticapitalista. Sem incorporar os conceitos teórico-universais de apreensão da lógica do capital, é impossível elaborar uma estratégia revolucionária vitoriosa.

O movimento proletário, em muitos casos, baseou suas interpretações apenas nos rascunhos da experiência derrotada de 1848–1850 e não aprofundou os conceitos analíticos nas diferentes formações sociais naquela obra fundamental, que interpreta o modo de produção capitalista. Tal insuficiência do movimento operário implicou numa concepção a-histórica das revoluções e criou uma versão radical-burguesa de luta de classes, não ultrapassando os limites da ordem democrática.

Parece que Florestan Fernandes e Adolfo Gilly tentam extrapolar essa limitação, apoiando-se em grande medida na tradição da revolução permanente de Marx e Engels, mas também diretamente de Trotsky.

A Revolução Burguesa no México – segundo Gilly

Adolfo Gilly, militante e pesquisador argentino, passou pela Bolívia, pela Guatemala, por Cuba e pelo México. Nesse último país foi preso nos anos 1970. No cárcere, escreveu um livro com a temática da Revolução Mexicana. De acordo com esse autor, os acontecimentos no início do século XX, no México, são eventos que vinculam duas transformações concomitantes:

1. a acumulação originária; e
2. a acumulação capitalista.

Ao mesmo tempo em que uma classe de latifundiários vinculados aos negócios agrários expropriava os camponeses, essa classe se transformava em uma burguesia que acumulava com os negócios industriais. Nas revoluções burguesas clássicas, isso aconteceu com alguma distância temporal, devido ao longo processo de incubação de relações propriamente burguesas ainda no interior do modo de produção feudal. As burguesias nas revoluções clássicas tiveram que enfrentar os obstáculos do antigo regime, o que produziu conflitos violentos para que o novo modo de produção se efetivasse. Nas transformações capitalistas tardias, os setores vinculados ao mercado mundial — como os donos de escravos, os mercadores, banqueiros etc. — foram se aburguesando. Nesse sentido, o conflito não se deu com a mesma característica original. Tais

revoluções burguesas deixam um rastro de violência contra os de baixo — setores sociais não integrados econômica e politicamente à nova situação.

No México, no início do século XX, Porfirio Díaz, antigo líder, e Madero, representante da nova geração aburguesada, fazem a conciliação pelo alto e tentam pôr fim à revolução que explodiu em movimentos de massa desde 1910. No entanto, Zapata, líder camponês, não depõe as armas e segue com o Plano de Ayala: “primeiro se divide a terra, depois se discute”. Os camponeses e operários, numa mescla de interesses e de contradições, encontram uma forma de expressar seu conteúdo de classe. Note-se: é a impossibilidade de conciliar com a burguesia que os impele a seguir em luta, pois o programa não é anticapitalista. Mas a temperatura política do conflito se desdobra numa guerra civil.

Abre-se então um período revolucionário. De acordo com Mignon (2020), Gilly nos explica que “la revolución es producto de relaciones sociales específicas, históricamente definidas, entre los seres humanos y las fuerzas de producción materiales que constriñen su acionar” (Mignon, 2020, p. 771).

Assim, a apreensão das mudanças sociais no seio de uma guerra civil só pode ser explicada por meio de uma complexa trama de sujeitos e ações. Daí que uma perspectiva mecanicista e linear não consiga apropriar-se do real em seu movimento contraditório.

O caráter da revolução no México é nebuloso, pois a transmutação de latifundiários em burgueses segue um ritmo lento, o qual não é o mesmo entre os camponeses e operários. Por esse motivo, a nova burguesia não assume o poder com a deposição de Porfirio Díaz, ao mesmo tempo em que os camponeses em armas, liderados por Zapata e Villa, hesitam sobre a tomada do poder. Dessa situação surge um padrão histórico da ação de classe burguesa na América Latina: a repressão brutal aos que têm a possibilidade de imprimir outro rumo civilizatório ao processo de transformação econômico, social e político no continente.

No entanto, as mudanças não seguem com profundidade e extensão. A ação dos militares e a hesitação dos rebeldes terminam por interromper a revolução — momento-chave da explicação de Gilly. Para esse militante e teórico, ao refletir sobre as origens de sua interpretação sobre a interrupção da Revolução Mexicana afirma:

En opinión de Trotsky ... el cardenismo era una forma ‘sui generis’ de bonapartismo, que intentaba elevarse ‘por encima de las clases’, haciendo concesiones a los trabajadores con el fin de asegurarse cierto espacio de maniobra contra el capital extranjero (Gilly apud Mignon, 2020, p. 781).

Não é o objetivo deste artigo aprofundar a análise sobre o processo mexicano de revolução, mas apenas elencar que a interrupção da revolução num momento democrático-burguês produziu um perfil típico

de formação social naquele país. Também é importante salientar que há aspectos negativos na interrupção, mas há aspectos positivos, devido a essa interrupção ser precedida de uma luta de classes violenta entre os setores dominantes e dominados — por exemplo, a experiência de uma organização militar disciplinada e comprometida com a revolução. Tal educação política pode ser percebida na tradição de organizações populares, sindicais e indígenas mexicanas até os dias atuais.

A Revolução Burguesa no Brasil – segundo Florestan Fernandes

O sociólogo Florestan Fernandes foi, desde muito jovem, desafiado a compreender a sociedade brasileira. Precisou sobreviver trabalhando desde os seis anos de idade; aos 20, decidiu entrar na então recém-fundada Universidade de São Paulo (USP), no curso de Ciências Sociais. Ao mesmo tempo, iniciou sua militância política no Partido Socialista Revolucionário (PSR), de orientação trotskista e integrante da IV Internacional (Silva, 2024). Em 1946, Florestan Fernandes traduziu pela primeira vez para o português a *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, de Karl Marx. Tais indicações biográficas se fazem necessárias para localizar o duplo papel desempenhado pelo autor: o de cientista social e o de militante revolucionário.

Desde suas primeiras obras, o sociólogo paulista busca explicar a passagem do antigo regime colonial para a sociedade de classes. Suas pesquisas sobre os Tupinambás, sobre a integração do negro, sobre o folclore em São Paulo são trabalhos que, em diferentes dimensões, apresentam as características econômicas, políticas, sociais e culturais da formação social brasileira. Em determinado momento de sua produção — após o golpe militar de 1964 e, principalmente, após sua aposentadoria compulsória em 1969 —, ele abre uma guerra sem quartel contra o caráter autocrático da burguesia brasileira.

Uma das contribuições fundamentais está em sua explicação sobre a revolução burguesa, a qual se assemelha, grosso modo, à compreensão de Gilly. Para Fernandes, existe uma transformação capitalista nos países de origem colonial que se diferencia das revoluções burguesas clássicas. Naquelas, essa transformação econômica tem seu núcleo irradiador vindo de fora; portanto, são sociedades heteronômicas. Nessas, as forças econômicas provinham de dentro, ou seja, dispunham de um núcleo irradiador interno das relações capitalistas e do conflito de classes, sendo assim sociedades hegemônicas.

Com a complexificação do mercado mundial nascido após o processo de industrialização europeu, as colônias foram objeto de expansão de relações capitalistas. Fernandes (1975) tipifica os padrões de dominação externa: 1. Colonialismo: no qual a submissão das sociedades hospedeiras ocorria por mecanismos políticos e jurídicos de dominação. É o tempo da dominação da Holanda, Portugal e Espanha;

2. Neocolonialismo: a submissão já é econômica, no entanto, ocorre por incorporação do espaço social à metrópole por mecanismos de mercado em processo de troca simples de mercadorias; 3. Imperialismo: é uma dominação econômica, política e jurídica, na qual os países imperialistas impõem regras aos países hospedeiros, que, por sua vez, incorporam as relações de produção típicas do modo de produção capitalista. Inglaterra, França e Estados Unidos são exemplos desse tipo; 4. Imperialismo total: a forma mais acabada de dominação capitalista. É nessa que as nações deixam gradativamente de ser o fundamento organizativo da submissão, abrindo caminho para o papel ativo das grandes corporações. Essas passam a criar e recriar as relações de autoridade/dependência em todos os níveis da sociedade.

Note que as formas de dominação externa são uma caracterização de relações capitalistas em movimento, ou seja, que se transfiguram de acordo com a materialidade de cada período histórico. Soma-se a essa caracterização a conceituação sobre a constituição das burguesias em países de transição colonial-neocolonial-dependentes. O autor aponta que, na América Latina, existem variados graus e formas de desenvolvimento capitalista, sendo que alguns países ainda são neocolônias e outros já são dependentes.

O conceito de capitalismo dependente é também de fulcral importância nesse momento da exposição. É a partir dele que Fernandes monta sua explicação da revolução burguesa específica de países capitalistas dependentes, dentre eles México e Brasil. Para ele, a transformação capitalista não se acoplava à criação de uma ordem social competitiva, perdurando tradições de mandonismo arcaico em uma nova base econômica mercantil. Ou seja, a antiga sociedade escravista vai deixando de existir devido à universalização do mercado da força de trabalho, no entanto, sem deixar de conviver com elementos híbridos sobreviventes daquelas relações coloniais. As interferências externas para que o mercado capitalista se expandisse — exigindo o fim da escravidão, a racionalização do direito, a organização da administração estatal em base mercadológica — são sentidas pela elite operadora da nova situação econômica mundial. Ao mesmo tempo, esses setores internos arcaicos se aburguesam quando entram em contato com os esquemas de importação e exportação vinculados ao mercado mundial.

Para Fernandes, o que interessa é a “combinação de influências internas e externas, que calibrou (e está calibrando) os dinamismos da sociedade de classes em função dos requisitos de padrões dependentes de desenvolvimento capitalista” (Fernandes, 1975, p. 75).

Assim, os influxos externos, ainda no período de transição neocolonial, são recebidos e gerenciados internamente por uma classe burguesa que ressignifica e age de acordo com sua base material de interesses. Tais interesses são de acumulação de capital determinada pelo seu lugar na divisão internacional do trabalho. Note que a forma de surgimento e expansão do mercado na América Latina não jogou uma classe nova ávida por lucros contra outra classe que defendesse seus interesses violentamente. Aqui, o que ocorre é uma

conciliação pelo alto — uma revolução burguesa não clássica. Há uma sociedade nascente muito peculiar, onde as mudanças na base econômica propiciam uma acomodação entre os setores “de cima”. Em síntese:

As relações de trabalho de origem colonial serviram de suporte ao tipo de acumulação originária de capital que iria alimentar a eclosão do mercado capitalista moderno, a inclusão direta no mercado mundial e o esquema de produção-exportação-importação que ambos pressupunham (Fernandes, 1975, p. 62).

Ademais, ocorre uma rearticulação do conjunto do sistema, e o que parece “arcaico é de fato atualizado, servindo de suporte ao moderno, e pela qual o moderno parece perder esse caráter, revitalizando o seu oposto ou gerando formas socioeconômicas que misturam a acumulação pré-capitalista com a acumulação especificamente capitalista” (Fernandes, 1975, p. 62).

O trecho acima é uma indicação forte da influência do pensamento de Trotsky na formulação de Fernandes. A lógica do desenvolvimento desigual e combinado fica evidente, e sem ela não é possível apropriar-se da particularidade das formações sociais latino-americanas.

Em contraste com elas, no caso dos EUA, houve uma revolução burguesa com autonomização nacionalizadora que jogou setores arcaicos contra os setores modernos. A Guerra de Independência cumpriu a função de atualização histórica da transformação capitalista e, ao mesmo tempo, criou uma ordem social competitiva marcada pela especificidade dos resquícios da Guerra de Secessão — a profunda cicatriz do racismo. Na América Latina, as transformações foram tolhidas de tal modernidade que lançou uma burguesia conquistadora na arena da história. No subcontinente, o padrão foi a interrupção das mudanças progressistas num estágio anterior à socialização política dos setores marginais e recém incorporados ao mercado. Dessa maneira, negros, indígenas e brancos pobres ficaram à margem do fazer história, podendo apenas sofrer.

Percebe-se uma linha divisória nessa sucinta descrição: de um lado, os países e classes que têm capacidade de agir com autonomia — no caso, os EUA; de outro, os países e classes que são heteronômicos ou dependentes. Isso deve-se ao histórico de constituição social em que se desenvolveram, sendo determinados não só por seus próprios interesses, mas também por negociações de suas posições de poder na condição de economias dependentes. As classes burguesas dessas sociedades são fracas para fora, mas muito fortes para dentro. De acordo com Fernandes (1975, p. 69):

As ‘classes privilegiadas’ (isto é, as classes ‘altas’ e ‘médias’) sofrem limitações estruturais geradas diretamente pelo padrão dual de acumulação originária de capital e pela conseqüente modalidade de apropriação repartida do excedente econômico nacional (Fernandes, 1975, p. 69).

Fernandes explica a forma específica de relação de dependência pelo mecanismo de apropriação dual do excedente econômico. Significa dizer que os recursos produzidos por essa sociedade são drenados em parte para fora dela, impossibilitando uma acumulação primitiva capaz de catapultar a burguesia numa ação autonomizadora. Assim, a base material dessas burguesias dependentes é fraca e descontínua, pois não tem capacidade decisória plena. A explicação dualista — que propunha uma aliança entre setores populares e burguesia nacional para limitar o poder imperialista — não levou em consideração a cooptação objetiva a que estava exposta a classe burguesa local. O significado prático do esquema é a inviabilidade de uma aliança com qualquer setor burguês para dar continuidade à revolução.

Tal compreensão entra em choque com as explicações da III Internacional comunista, que definiu em 1928 as diretrizes de frente ampla contra o fascismo. Do ponto de vista político, faltava à III Internacional uma teoria capaz de explicar as particularidades do desenvolvimento capitalista na periferia. Viu-se até aqui que Gilly e Fernandes andam na contramão do movimento comunista dirigido pela ortodoxia stalinista.

Fernandes (2015) trava um debate com esses setores da esquerda que situam a estratégia de mudança social num entendimento equivocado sobre a descolonização. O sociólogo paulista afirma que a teoria do colonialismo interno — marcadamente pela leitura do Partido Comunista Brasileiro à época — levanta “as bandeiras do combate ao ‘feudalismo’, às estruturas arcaicas da produção e, principalmente, do anti-imperialismo” (Fernandes, 2015, p. 100). No entanto, Fernandes vaticina: “alguma coisa é melhor do que nada” (Fernandes, 2015, p. 100). Sua reflexão remonta à contrariedade às teorias críticas que ficam no leque do radicalismo burguês e do nacionalismo reformista. O entendimento sobre a evolução da transformação capitalista nos países de origem colonial o obriga a recolocar as questões clássicas sobre a evolução da economia mundial. Fernandes situa a problemática da seguinte forma: “A história não se repetiu porque não havia razão para que ela se repetisse. Tratava-se de uma outra história, a história do capitalismo nos países de origem colonial” (Fernandes, 2015, p. 92).

A continuidade da teoria social de Fernandes soma ainda uma arguta teoria do Estado nesse capitalismo dependente. Para ele, o Estado é a forma política capaz de aglutinar as diversas “ilhas burguesas” nascidas da transição neocolonial para o capitalismo dependente. Tendo como parâmetro as revoluções alemã e japonesa — as quais utilizaram o Estado como concentrador de poder político que compensava a tardia chegada desses países à competição imperialista —, Fernandes afirma que o Estado no capitalismo dependente viabiliza a unificação da ação burguesa para enfrentar os conflitos contra os “de baixo”.

Daí nasce um padrão de luta de classes muito duro e cruel com a massa trabalhadora. Fernandes (2005) vai caracterizar essa ação política como sendo uma verdadeira autocracia burguesa, e o Estado como

autocrático burguês. Ele serve

de pião a medidas políticas, militares e policiais, contrarrevolucionárias, que atrelaram o Estado nacional não à clássica democracia burguesa, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa (Fernandes, 2005, p. 313).

Da reflexão sobre a autocracia e sobre o capitalismo dependente, o pensador brasileiro elabora uma categoria-chave para a luta de classes: a de “contrarrevolução permanente”. Na acepção do autor, a burguesia aprendeu com as experiências históricas; o proletariado, ainda não.

Revolução Permanente versus Revolução Interrompida

As elaborações teóricas de Gilly e Fernandes retomam fortemente o conceito de Leon Trotsky sobre o processo da revolução permanente e seus desdobramentos. Para analisar tais desdobramentos, é preciso entender que as realidades mexicana e brasileira se metamorfoseiam para incorporar os mecanismos de mercado capitalistas vindos da expansão imperialista. Essas formações sociais não observaram uma luta das burguesias contra os extratos dominantes do antigo regime, mas sim uma composição associada entre os setores dominantes. Dessa primeira característica desdobra-se a segunda, relacionada à interrupção da revolução.

Para Gilly, no México, a revolução estava em andamento quando os operários e camponeses se colocaram em luta para executar o Plano de Ayala, de Zapata. No entanto, a direção da ação popular era camponesa, o que teria impedido de avançar profundamente nas reivindicações radicais. Por outro lado, a interrupção teria relação com a insuficiente organização política e programática da massa revoltada.

Outro elemento teórico trazido à tona pela experiência mexicana — e sua interrupção — é a particularidade histórica que se explicita em contraste com algumas universalidades do funcionamento das revoluções. Isso significa que, no seio do modo de produção capitalista, e nas dores do parto para que ele seja colocado no mundo, alguns acontecimentos necessariamente ocorrem. Essas universalidades são a base do pensamento marxista e estão presentes no arsenal categorial de *O Capital*, de Marx (2017). Mas também existem particularidades, que só podem ser aprendidas com a análise concreta das formações sociais geradas pelo mercado mundial. Tanto Marx quanto Trotsky sempre consideraram o internacionalismo do capital e, portanto, a necessária ação internacionalista do trabalho. Dessa forma, interpretar os universais e os particulares em cada momento histórico é fundamental para traçar uma formulação estratégica

revolucionária. De distintas apreensões do real derivam distintas proposições prático-políticas.

De acordo com Gilly, as interpretações sobre a Revolução Mexicana poderiam ser divididas em três:

1. A concepção burguesa, compartilhada pelo socialismo reformista:

que afirma que la revolución, desde 1910 hasta hoy, es un proceso continuo, con etapas más aceleradas o más lentas pero ininterrumpidas, que va perfeccionándose y cumpliendo paulatinamente sus objetivos bajo la guía de los sucesivos ‘gobiernos de la revolución’ (Gilly, 1994, p. 397).

2. A concepção pequeno-burguesa e do socialismo centrista, que “sostiene que la revolución de 1910 fue una revolución democrático-burguesa que no logró sino parcial o muy parcialmente sus objetivos” (Gilly, 1994, p. 397). Para essa concepção, é preciso fazer outra revolução.

3. A concepção proletária e marxista, a qual afirma que

la revolución mexicana es una revolución interrumpida. Con la irrupción de las masas campesinas y de la pequeña burguesía pobre, se desarrolló inicialmente como revolución agraria y antimperialista y adquirió, en su mismo curso, un carácter empíricamente anticapitalista (Gilly, 1994, p. 397).

Para Gilly, a falta de uma direção proletária e de um programa produziu a interrupção da revolução em dois momentos: o primeiro em 1919–1920, e depois em 1940. Devido a essas experiências, Gilly afirma: “Es por lo tanto una revolución permanente en la conciencia y la experiencia de las masas, pero interrumpida en dos etapas históricas en el progreso objetivo de sus conquistas” (Gilly, 1994, p. 398).

Tal síntese das diferenças entre as estratégias carrega uma crítica teórica e política poderosa por parte do autor argentino. Ele localiza as fórmulas de acordo com a posição de classe de seus sujeitos históricos. Assim, a burguesia tenta mistificar sua incapacidade colocando ênfase na continuidade da revolução — portanto, ela nunca teria sido interrompida. Tal acepção é compartilhada por uma grande parte das organizações proletárias, na medida em que não pressupõe a necessária ruptura com a ordem vigente. Essa fórmula continuísta do processo revolucionário se assemelha às elaborações mencheviques russas e social-democratas alemãs — de Kautsky, Bernstein até Martov e Plekhanov. Quem vai lutar contra essa leitura no início do século XX são Trotsky e Lenin, os quais, por caminhos diferentes, se encontram em maio de 1917 em plena Petrogrado revolucionária.

Voltando à América Latina, nota-se que a segunda formulação estratégica — de que a revolução

mexicana teria sido apenas democrático-burguesa — se assemelha aos bolcheviques de fevereiro de 1917, sob direção de Kamenev e Stalin. Naquele momento, acreditavam que as duas revoluções — a democrática e a socialista — se separavam no tempo, assim como aconteceu com a revolução burguesa. Desdobra-se desse entendimento que a segunda revolução só ocorreria quando o capitalismo tivesse se desenvolvido e amadurecido para ser tomado pelos operários e camponeses. Caberia, nessa transição, a direção compartilhada entre operários, camponeses e a burguesia. Perceba que essa reflexão era quase uma unanimidade entre os revolucionários da época, com exceção de Trotsky e, em parte, dos espartaquistas alemães, de acordo com Löwy (2015).

Sobre as duas primeiras fórmulas de entendimento da Revolução Mexicana, Gilly afirma que a concepção pequeno-burguesa tem uma "creencia de que, en la época del imperialismo, las revoluciones se desarrollan como revoluciones nacionales ...; es decir, que las revoluciones son independientes entre sí, únicas, y se producen dentro de cada país como en un recipiente cerrado" (Gilly, 1994, p. 399).

Mais uma vez nota-se a forte implicação de um erro teórico na ação prática. Quando o modelo de socialismo em um só país foi elaborado por Stalin e Bukharin, eles já tinham vivido a época do social-chauvinismo alemão. No início da guerra mundial, o Partido Social-Democrata alemão votou pelos créditos de guerra, levando milhões de operários aos campos de batalha para defender o Reich. Após o congelamento da revolução na Rússia, Stalin também faz algo muito parecido ao circunscrever a ação política aos muros de um só país, renunciando à continuidade da revolução.

Todavia, na América Latina, as explosões sociais não puderam ser dirigidas nem pela burguesia nem pelas organizações proletárias. Cabe então refletir sobre a situação. Gilly (1994, p. 402) nos diz que a concepção marxista afirma que "la revolución mexicana es una revolución interrumpida en su curso hacia su conclusión socialista. Es la aplicación de la teoría de la revolución permanente a todo el ciclo revolucionario de México desde 1910".

Torna-se possível ser uma revolução permanente devido à vitória da Revolução Russa de 1917 e à criação do Estado soviético. Gilly continua com sua reflexão perguntando por que a revolução é interrompida e não derrotada:

Precisamente porque es permanente. El campesinado mexicano se alzó en armas para conquistar la tierra. En el curso de su guerra campesina, se vio llevado a convertirla en una lucha por el poder y a poner en cuestión el derecho de propiedad burgués. Sobrepasó los límites y las medidas democráticas y aplicó medidas anticapitalistas empíricas. A través de ellas, desarrolló en la base de la revolución un contenido empíricamente anticapitalista que, por sus limitaciones de clase campesina, no pudo expresar en forma de programa consciente y de dirección estatal capaz de ejercer y

mantener el poder. Le faltó para ello, entonces, la intervención dirigente del proletariado, con su programa y su partido, y la alianza obrera y campesina (Gilly, 1994, p. 403–404).

Contudo, no Brasil de Fernandes, a discussão sobre a revolução burguesa passa pelo entendimento da peculiaridade do capitalismo dependente. Desse patamar de apropriação da realidade é que se pode formular as táticas que transitem das ações dentro da ordem para ações contra a ordem. Por esse motivo, localizar o fulcro da ação dos trabalhadores é fundamental, o que exige a descrição a seguir:

De fato, ele se vincula a uma tentativa de vanguardas da esquerda de tomar pé na dinamização das transformações dentro da ordem vinculadas à revolução burguesa (essas transformações foram descritas na Europa como ‘revoluções’ e são elas que marcam o avanço da revolução burguesa: a revolução agrária, a revolução urbana, a revolução industrial, a revolução nacional e a revolução democrática) (Fernandes, 2015, p. 101).

Aqui, Fernandes indica o arco de mudanças sociais engendradas pela lógica burguesa da revolução, em sua matriz clássica — ou seja, nas revoluções na França, na Inglaterra e nos EUA. Dessa maneira, a diferenciação das formas e do grau do desenvolvimento em outros países se faz importante, pois os tempos históricos não se repetem; os mecanismos de ordenamento político, social, econômico e cultural são outros, são peculiares. Se a teoria social não apreender essas realidades objetivamente, incorrerá em graves equívocos científicos e, por desdobramento, em equívocos de caráter prático. Para a classe trabalhadora, isso tem consequências ainda mais graves, pois desses erros derivam derrotas políticas com custo humano incalculável. Ou seja, a teoria social crítica não pode se dobrar a ilusões burguesas.

Nesse sentido, Fernandes faz uma forte afirmação quanto às proposições socialistas moderadas (em total consonância com as críticas de Gilly) alinhadas com a convivência pacífica entre países em transição socialista e países capitalistas:

Por consequência, ela não contribuiu para adequar a teoria das classes sociais e da luta de classes às condições concretas dos países em situação neocolonial ou de capitalismo dependente; e contribuiu muito mal para colocar as reivindicações dos trabalhadores do campo e da cidade numa linguagem especificamente socialista e revolucionária. Também desaguou, portanto, na órbita do reformismo burguês, embora não se possa subestimar sua importância quanto à mobilização política de setores da população pobre e trabalhadora sistematicamente excluídos da cultura cívica e da sociedade civil, bem como para a impregnação nacionalista e radical-democrática de alguns setores das classes médias ou mesmo das classes altas (Fernandes, 2015, p. 101).

A ação circunscrita à revolução dentro da ordem — a qual Fernandes acreditava ser um desvio radical-burguês — toma outra orientação quando calibrada pelo seu entendimento sobre o avanço da ação fora da ordem. Note-se:

Levar a descolonização às últimas consequências é uma bandeira de luta análoga à revolução nacional e à revolução democrática — e essa reivindicação teria que ser feita em termos socialistas, ainda que com vistas à ‘aceleração da revolução burguesa’. Parece patente que a descolonização não pode ser contida nesses limites e que, na ação prática, em vez de acelerar a revolução burguesa, ela fomenta a ‘desestabilização’ e a evolução de situações revolucionárias até pontos críticos (Fernandes, 2015, p. 102).

Isso é claramente assumir a concepção da revolução permanente. Além dessa aceleração — que cabe às classes trabalhadoras —, também é necessário entender que a estratégia socialista na periferia cumpre a função de calibrar os dinamismos revolucionários da ordem existente pelos problemas e dilemas sociais que as burguesias não tentaram enfrentar e resolver, por não ser do seu interesse de classe nas formas de desenvolvimento capitalista inerentes ao semicolonialismo e à dependência (Fernandes, 2015, p. 102).

Essas indicações pontam uma virada na elaboração sobre a teoria da revolução no Brasil. Até meados dos anos 1970, a formulação de uma estratégia permanentista de caráter socialista era exceção no movimento operário.

A dialética de uma revolução dentro da ordem e de uma revolução contra a ordem, faz parte da fórmula estratégica crítica e criativa que Fernandes inaugura no Brasil. Tal formulação é pouco estudada na literatura marxista e menos ainda incorporada na luta política pelos organismos de poder operário.

Considerações finais

Ao refletir sobre as perspectivas da revolução na América Latina, percebe-se a necessidade de utilizar o arsenal teórico marxista, em especial o conceito de revolução permanente herdado de Marx, Engels e Trotsky. No diálogo com os autores aqui escolhidos — Gilly e Fernandes —, nota-se a complexidade da situação em que México e Brasil estiveram durante a transformação capitalista a que foram submetidos. A revolução interrompida, na acepção de Gilly, tem uma perspectiva permanentista sobre a revolução, ou seja, ele inscreve, na ordem do dia, uma ação política de caráter revolucionário com um programa socialista. Já Fernandes (2005) utiliza o conceito de contrarrevolução permanente, indicando que a burguesia foi quem

utilizou a teoria das mudanças permanentes inerentes ao capitalismo dependente para impedir a revolução socialista — sendo, portanto, uma insuficiência teórica e prática do movimento socialista brasileiro.

Cabe ainda, neste breve texto, elencar algumas questões que foram suscitadas a partir da revisão teórica desses autores:

- Seria a categoria de revolução interrompida capaz de explicar os eventos das lutas políticas operárias no México e Brasil no início do século XXI?

- A categoria de contrarrevolução permanente pode explicar os eventos políticos ocorridos na América Latina nos últimos 30 anos?

- A autocracia burguesa ainda é uma ferramenta teórica compatível com a forma política democrático-burguesa aceita pela maioria dos partidos ditos de esquerda?

Por fim, a tarefa teórico-política de elaboração de uma teoria da revolução é urgente, mas não pode ocultar a necessidade histórica do estudo sistemático da teoria da contrarrevolução burguesa. Essa é produzida com imensos recursos institucionais e colocada em prática cotidianamente contra os levantes revoltosos dos “de baixo”.

Há muito por fazer, e como diria o professor Florestan Fernandes em sua campanha a deputado federal Constituinte, em 1988: “Contra as ideias da força e a força das ideias”.

Referências

- Escola Nacional Florestan Fernandes. (2009). *O legado de Florestan Fernandes*: caderno de estudos. ENFF.
- Fernandes, F. (1975). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª ed. Editora Zahar.
- Fernandes, F. (2015). *Poder e contrapoder na América Latina*. 2ª Ed. Expressão Popular.
- Fernandes, F. (2005). *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. Globo.
- Gilly, A. (1994). *La revolucion Interrumpida*. Ediciones Era.
- Lowy, M. (2015). *A política do desenvolvimento desigual e combinado*: a teoria da revolução permanente. Sunderman.
- Marx, K. (2017). *O Capital*: crítica da economia política: livro I. Boitempo.
- Marx, K.; Engels, F. (2010). *Luta de classes na Alemanha*. Boitempo.
- Mignon, C. (2020). Adolfo Gilly, el movimiento trotskista y la revolución socialista em América Latina. In Gaido, D., Luparello V., Quiroga M. (2020). *Historia del Socialismo Internacional*. Ensayos marxistas. Gestión editorial: Ariadna Ediciones.

Silva, M. G. (2024). “Os trotskistas e sua contribuição à interpretação do Brasil”. Cadernos Cemarx, n. 18, p. 1-22.

Trotsky, L. (2015). *A revolução permanente*. Expressão Popular.

Velho, R. S. (2020). A transfiguração da revolução permanente na América Latina: um diálogo entre Adolfo Gilly e Florestan Fernandes. *Pacha*, nº. 2, p. 23-34.